

O Ministério dos Transportes explicou que será realizado um novo estudo para levantar aspectos jurídicos, técnicos e ambientais que servirá de base para a elaboração de um novo modelo de edital para a licitação.

O estudo deve ficar pronto em seis meses e a licitação só deverá ser lançado em um ano. Conforme o novo modelo, as tarifas serão revistas a cada quatro anos e as cobranças serão feita por quilômetro rodado e não mais por praças de pedágio, como acontece hoje.

As informações são do Diário Catarinense.

(RBS – 14/10)

TCU aponta prejuízo em compras

Ana Maria Campos

Da equipe do Correio

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou irregularidades nas compras de medicamentos promovidas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal entre 2000 e 2002, que teriam causado um prejuízo de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos. Em sessão realizada na semana passada, os ministros determinaram a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar os responsáveis pelo danos levantados.

Na decisão, relatada pelo ministro Adylson Motta, o TCU também determinou ao Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), do Ministério da Saúde, que faça rigorosa análise dos processos sobre compra de medicamentos nos últimos três anos. O órgão deverá avaliar as transações, sem licitação, feitas pela Secretaria de Saúde com valores superiores a R\$ 100 mil.

Os ministros também decidiram recomendar à secretaria mais transparência nos gastos públicos. O TCU quer que os sistemas eletrônicos de dados da pasta sejam alimentados com todas as informações sobre licitações e dispensas, como cópia de documentos que embasaram os procedimentos. O intuito é que acompanhamento dos atos administrativos reduza o descontrole de gastos.

Aberta em 2002 a pedido do Conselho Regional de Farmácia, a auditoria do TCU apontou um “aumento significativo” dos casos de compras diretas de medicamentos. “A cada exercício financeiro, a regra, que é a licitação, deu lugar à exceção, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitações”, diz o relatório final da auditoria, anexado ao voto do ministro Adylson Motta.

De acordo com os dados levantados, em 2000 a Secretaria de Saúde gastou R\$ 16,2 milhões sem licitação. Esse número pulou para R\$ 56,8 milhões em 2001 e chegou R\$ 82,3 milhões no ano passado. Em 2002, as despesas com compras diretas superaram as realizadas por meio de pregão, convite, tomadas de preço ou concorrência pública. Nesses casos, previstos na lei para permitir a disputa entre fornecedores, o gasto foi de R\$ 55 milhões.

FAVORECIMENTO

Um dos problemas citados pelo TCU foi a compra com “vale medicamentos” — contrato em que a secretaria de Saúde se comprometia a pagar no futuro por medicamentos e produtos hospitalares. Também há, segundo o relatório da auditoria, suspeitas de favorecimento a fornecedores. “Há fortes indícios de que as aquisições de medicamentos por inexigibilidade de licitação podem ter sido efetuadas de forma antieconômica e direcionadas a determinados fornecedores”, ressaltou ministro-relator. Durante a investigação, auditores constataram que havia no mercado medicamentos similares ou genéricos a preços mais baixos que os adquiridos sem licitação pela secretaria de Saúde. Segundo o relatório, a secretaria não deu justificativas para escolha da opção mais cara. O relatório também concluiu que secretaria não buscou descontos e pagou mais que outros órgãos públicos.

O TCU apontou indícios de envolvimento de 14 servidores nas irregularidades constatadas, entre as quais os ex-secretários de Saúde, Paulo Kalume, Jofran Frejat e Aluísio Franca. Todos deverão ser ouvidos para que apresentem justificativas para escolha de fornecedoras e medicamentos e para as dispensas de licitações. O atual secretário, Arnaldo Bernardino, não foi citado pelo relatório da auditoria.

O ex-secretário Jofran Frejat, que ocupou o cargo por quatro vezes nos quatro mandatos do governador Joaquim Roriz, defende-se das acusações. Ele ainda não foi notificado para comparecer ao TCU, mas garante que as licitações foram feitas dentro da lei. “Se havia demora em uma licitação, não tínhamos outra saída senão dispensá-la. Fizemos isso em casos de emergência”, explicou.

Em relação à compra de medicamentos mais caros nas licitações, enquanto havia outros com preços mais baixos, Frejat diz que não havia alternativa. “O único comprado mais caro foi a Heritropoietina (remédio usado para aumentar glóbulos vermelhos). Existem três tipos e os médicos podem receitá-la de acordo com a necessidade do paciente”, afirma. O ex-secretário conta que há doentes que não podem tomar Albumina — substância contida no medicamento que pode fazer mal a quem é alérgico — e por isso teve de adquirir um tipo mais caro.

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que as autoridades citadas ainda vão se pronunciar na Justiça e se defenderão no momento oportuno. O diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Norberto Rech, anunciou ontem que os repasses financeiros e de medicamentos para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal estão em dia. Segundo Rech, houve um pequeno atraso nas entregas, que já está sendo regularizado. A Secretaria de Saúde elaborou e divulgou um relatório apontando que remédios para diabetes, pressão alta e hanseníase não foram repassados em alguns meses do ano. Rech diz não foi informado sobre o desabastecimento no DF e que o documento não chegou ao ministério.

O secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, afirmou que o relatório foi feito com base no sistema de abastecimento do ministério e enviado na sexta-feira.

Colaborou Fabíola Góis

Correio Braziliense - 14/10

Governo x Microsoft

Cátia Luz e Estela Caparelli

O governo Lula nunca escondeu certo incômodo com os contratos de tecnologia firmados em gestões anteriores, principalmente nos anos FHC. As cláusulas desses contratos, que representam gastos anuais de pelo menos R\$ 2 bilhões, seriam quase sempre “draconianas”, como gosta de definir a administração petista. Agora, o incômodo está mudando de lado e, alertas, os fornecedores da área se preparam para enfrentar chumbo grosso. Uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), na semana passada, abriu a guerra ao colocar em jogo os serviços e produtos usados por 300 mil computadores do governo federal. O tribunal quer quebrar a hegemonia da Microsoft e tenta abrir caminho para o chamado software livre. Trata-se de um tipo de programa sem dono que é, por isso, aberto a modificações por qualquer usuário. Como não há empresa detentora dos “direitos” desses programas livres, seu custo seria bem menor.

A decisão foi um soco no estômago da Microsoft. O TCU condenou o método de venda da empresa ao governo porque a companhia de Bill Gates teria monopolizado os contratos governamentais ao escolher uma única empresa, a TBA, como distribuidora de seus produtos no país. A parceria entre as duas estaria impedindo a entrada de novos concorrentes.

No documento, o relator do processo, ministro Augusto Sherman Cavalcanti, determina a aquisição de softwares livres pelo setor público como uma alternativa que pode significar “economia, segurança e flexibilidade”.

O software livre segue uma filosofia oposta àquela que fez de Gates o homem mais rico do mundo. O negócio bilionário da Microsoft é baseado na venda de programas cujos códigos - uma espécie de “fórmula” de fabricação - são sigilosos e de propriedade da companhia. Ninguém sabe como são feitos e apenas técnicos certificados pela própria empresa conseguem resolver problemas de operação.

O governo lista uma série de virtudes para defender o novo modelo. O software livre não exige o pagamento de licença, gerando economia aos cofres públicos. Não haveria emissão de royalties ao Exterior, o que aliviaria as contas externas. Além disso, como qualquer empresa pode oferecer o software livre, o conceito estimula a concorrência e permite o desenvolvimento da tecnologia por brasileiros. “Nos governos, o código aberto ganha ainda uma importância crucial: está diretamente ligado à segurança nacional”, afirma Alexandre Oliva, do Instituto de Computação da Unicamp.